

**A voz do “bom pastor”:
o dispositivo pastoral e o extermínio de subjetividades homossexuais**

Matheus Souza Giareta (UFGD¹ - matheuszgiaretta@gmail.com)

Conrado Neves Sathler (UFGD - conradosathler@ufgd.edu.br)

Resumo: Este artigo se trata de um estudo transdisciplinar fundamentado em teorias decoloniais e discursivas. Nossa análise busca identificar os componentes do dispositivo pastoral em um território cristão no controle e na normatização de comportamentos. A análise da materialidade discursiva é utilizada como método de interpretação de um recorte jornalístico, veiculado no ano 1985, que problematizamos por elencar violências contra subjetividades que haviam sido colocadas em posição de inferioridade em relação à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) e também, interseccionalmente, em relação ao machismo, racismo e outras maneiras de subalternização de subjetividades. Ainda que seja um recorte da década de 1980, foi possível perceber como ideologias neoconservadoras são institucionalizadas e se disseminam a partir de segmentos sociais religiosos cristãos e como são utilizadas em diferentes contextos como modelo de controle dirigido por um representante hierárquico específico.

Palavras-chave: Dispositivo pastoral. Homossexualidade. SIDA. Subjetividades.

**La voz del "buen pastor":
El dispositivo pastoral y el exterminio de las subjetividades
homosexuales**

Resumen: Se trata de un estudio transdisciplinario basado en teorías decoloniales y discursivas y nuestro análisis busca identificar los componentes del dispositivo pastoral en un territorio cristiano en el control y normalización de los comportamientos. El análisis de la materialidad discursiva se utiliza como método de interpretación de un recorte periodístico, publicado en 1985, que problematizamos al enumerar la violencia contra subjetividades que habían sido colocadas en una posición de inferioridad en relación con el sexismo, racismo y otras formas de subordinación de las subjetividades. Aunque se trata de un recorte de los años 80, se pudo percibir cómo las ideologías neoconservadoras se institucionalizan y difunden desde los segmentos sociales religiosos cristianos y cómo son utilizadas en diferentes contextos como un modelo de control dirigido por un representante jerárquico específico.

Palabras clave: Dispositivo pastoral. Homossexualidad. SIDA. Subjetividades.

**The voice of the "good shepherd":
The Pastoral Device and the Extermination of Homosexual Subjectivities**

Abstract: It is a transdisciplinary study based on decolonial and discursive theories and our analysis seeks to identify the components of the pastoral device in a Christian territory in the control and normalization of behaviors. The analysis of discursive materiality is used as a method of interpretation of a journalistic clipping, published in 1985, which we problematize by listing violence against subjectivities that had been placed in a position of inferiority in relation to the AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome) and also, intersectionally, in

¹ Universidade Federal da Grande Dourados



relation to sexism, racism and other forms of subordination of subjectivities. Although it is a clipping from the 80s, it was possible to perceive how neoconservative ideologies are institutionalized and disseminated from Christian religious social segments and how they are used in different contexts as a model of control directed by a specific hierarchical representative.

Key-words: AIDS. Homosexuality. Pastoral device. Subjectivities.

Introdução

O presente artigo foi construído a partir de desdobramentos de pesquisas no Mestrado em Psicologia envolvendo enunciados homofóbicos, alinhados por bases neocoloniais como dispositivos de subjetivação, associados à patologização de comportamentos, ao estigma e aos preconceitos às pessoas vivendo com SIDA. A discursividade neoconservadora, como veremos, promove um viés performativo do patriarcado. Apontamos, em breve análise, um dispositivo destacado dessa configuração social — o poder pastoral — poder que atua estrategicamente como uma linha de enunciação (Deleuze, 1996) moldando comportamentos considerados moralmente adequados na tentativa de normalizar aqueles(as/es) que não se “encaixam” em seus princípios (Weinmann, 2016).

Não se trata de crítica ao cristianismo, mas de análise desse dispositivo desenvolvido na cultura judaico-cristã, como aponta Foucault (2008). Logo, esta é uma análise das partituras em que a colonialidade do poder (Quijano, 2005) atua e carrega traços de ideologias eurocêntricas no desenvolvimento dos processos de subjetivação, induzindo sofrimento e precarização de vidas às(aos) sujeitas(as/os) não ocupantes de postos desejados na classificação capitalista, ou seja, não são encontradas(as/os) em locais idealizados de reconhecimento e normativos de pertencimento social que nos distribui segundo os marcadores sociais de raça, classe, gênero e sexualidade. Na modernidade, foi estabelecido apenas um parâmetro de identidade de gênero: o “binário”. Homem e mulher, nessa categorização hegemônica, se unem no matrimônio em resposta à suposta lei do Deus cristão a fim de viverem felizes, cercados de filhos — descendentes legítimos de uma família “bem-sucedida”.

No caminho percorrido pela violenta ação colonizadora (Fanon, 2008) de ódio e preconceito, subjetividades foram subalternizadas e, nesse processo, HsH (Homens que fazem sexo com Homens) foram/são agressivamente atacados de diversas



maneiras, considerados aberrações, doentes, pervertidos, invertidos, demoníacos e amaldiçoados. Um homem ou uma mulher, dentro do binarismo de gênero (Butler, 2020), não devem apresentar condutas contrárias àquelas estabelecidas como comportamentos e atitudes “normais” do gênero atribuído no nascimento, masculino e feminino. A resistência a essa ordem soa como guerra à sociedade moralista e exorsexista, pois, nessa visão, estamos envergonhando nossas famílias, desonrando-as e prejudicando o bem-estar social do Estado (Brown, 2023).

Raça, gênero e sexualidade se conectavam nos medos da elite e se associavam nas analogias de inferioridade, nas quais mulheres, negros e os – até então nomeados - homossexuais eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começaram a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental (Irineu, 2022).

Não existe, dentro da concepção binária de gênero, a possibilidade de sujeitos(as/os) do mesmo sexo produzirem filhos — objetivo das relações sexuais na cristandade — e a esse ato profano atribuiu-se o surgimento de uma doença tida como implacável, vista pelos neoconservadores como cumprimento de uma promessa de acabar de uma vez por todas com as nossas vidas, confirmando o castigo do Deus da tradição europeia.

Apresentaremos articulações analíticas baseadas na teoria dos discursos, com atravessamentos decoloniais, para resgatar os sentidos arqueológicos (Foucault, 2008) de enunciados criminosos e de processos de subjetivação. Nosso *corpus* será o recorte jornalístico publicado em 1985 — final da primeira década de epidemia da SIDA —, no jornal *O Globo*. O enunciado apresenta traços discursivos (re)produzidos pelo popular arcebispo da época: Dom Eugênio Sales, “o bom pastor”, que glosa “A natureza se vinga”, referindo-se à SIDA como castigo divino à homossexualidade e outras experiências consideradas desviantes pela não consideração dos mandamentos cristãos e de tudo aquilo que o próprio líder considerava imoral.

Optamos, na escrita, pelo emprego de uma linguagem inclusiva relativamente à designação de gênero. Consideramos essa opção um ato político de provocação de estranhamento à normatividade da língua culta construída pela modernidade colonizadora e naturalizada institucionalmente. Ressaltamos nossa opção como distinta da linguagem neutra que emprega as grafias “@” ou “x” em substituição às



designações vogais de gênero — “a” para o feminino e “o” para o masculino —, por buscar o não apagamentos das diferenças e marcar a presença dessas diferenças na língua. O emprego das vogais “e” e “u” devem ser lidas como sinal de presença de subjetividades não binárias e são postas antecedendo as demais designações, esse registro busca marcar uma hierarquia do gênero mais discriminado e mais apagado na sociedade e na escrita normativa.

Caminhos modernos de subjetivação

Os processos de subjetivação nos tornaram sujeitos(as/os)/assujeitades(as/os), mas também livres e resistentes, processos em que um determinado entrelaçamento de fluxos, linhas de poderes e resistências são postos em jogo. Esse processo é tanto mais violento se e quando essas forças se organizam em dispositivos que determinam produções de modos de existência passíveis de normalização idealizadora, formas subjetivas incompatíveis com esse padrão de adequação normativo e impossibilidade de fuga desse conjunto de linhas de visibilidade e enunciabilidade, restando au(à/ao) sujeito(a/o) resistências para sobreviver. De acordo com Deleuze (1996), dispositivos são conjuntos multilineares de linhas naturais e diferentes que traçam processos continuamente desequilibrados. Essas linhas, em dado momento, se aproximam e, em outros, se afastam. São, por sua vez, linhas de forças de poderes e resistências, de sedimentação, de fissuras e de fratura encontradas e atravessadas nos processos de subjetivação. Quando há diferenças (entre as subjetividades produzidas e as desejadas pelas instituições hegemônicas de controle dos comportamentos), as possibilidades de alternância são rejeitadas e resistidas por forças contrárias ao manual idealizado do poder. No embate que analisamos, nos tornamos sujeitos descartáveis e desviantes para a sociedade neocolonial contemporânea.

Segundo Machado (1999), atualmente, falar em subjetividades é pensar na ideia de intimidade privada, é acreditar que sempre fomos de uma determinada forma e continuaremos sendo. Para ela, a subjetividade fala de territórios existenciais transformados a todo momento e os próprios modos de subjetivação se referem às forças internas e externas das transformações: “Os modos de subjetivação também



são históricos, contudo, tem para com a história uma relação de processualidade e por isso não cessam de engendrar outras formas” (Machado, 1999. p. 02).

Seria impossível não utilizarmos os parâmetros modernos e sua processualidade na contemporaneidade como paradigmas analíticos da construção histórica de dispositivos centrais de controle no sistema capitalista, mantidos e reforçados por discursos normativos de conduta na sociedade. Segundo Lugones (2014), a sociedade moderna foi organizada a partir de categorias homogêneas, atômicas e separáveis. Essa foi uma regularidade do sistema moderno colonial desenvolvido pelo homem ocidental que subentende u(a/o) sujeito(a/o) como humane(a/o) e não humane(a/o) de acordo com os parâmetros de gênero binário — homem e mulher —, de classes burguesa e escravizada, de racialização com a branquitude como padrão e os demais biotipos marcados como sub-raças e de sexualidade categorizada em normativa ou perversa.

Evidentemente, por se tratar de um assujeitamento violento, as categorizações classistas, racializadas e generificadas e os modos de subjetivação evidenciam uma lógica de opressão, pois entra em evidência o apagamento de todes aqueles que foram colonizados, sobretudo na África e nas Américas. Mulheres, ainda que sejam brancas e europeias, ocupam espaço hierárquico de raça e capital por meio do prazer proporcionado ao homem branco (Lugones, 2014) que, na concepção patriarcal, é considerado sujeito-modelo do que viria a ser o humano, e a mulher é viabilizada apenas para executar atividades específicas na sociedade (Lerner, 2019).

Segundo Irineu (2022), tais preponderâncias de raça, gênero e sexualidade esboçaram temor e políticas misóginas na sociedade moderna. Essas políticas misóginas acabaram se tornando um acessório crucial do mito da democracia racial — que tolera o negro-indígena desde que subordine socialmente ao branco — e, nesse pensamento político-interpretativo, também subalternizam as mulheres.

Além disso, a heteronormatividade é o modelo referencial em vigor no dispositivo da sexualidade colonizadora (Foucault, 2020), mantido também por outros discursos e dispositivos, como o da cristandade que valoriza idealizadamente a sagrada família — pai, mãe e filho — como critério salvífico e de normalização, higienização e patologização das subjetividades homossexuais (Irineu, 2022). Não há espaço nem



compreensão para subjetividades que se relacionam afetiva/sexualmente com sujeitos(as/os) de mesma estrutura biológica. Espera-se que sujeitos(as/os) nascidos(as/os) com genitais masculinos ou femininos se relacionem afetiva/sexualmente com sujeitos(as/os) de genitais opostos (Irineu, 2022).

[...] O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. Neste trabalho, quero imaginar como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial. Quando penso em intimidade aqui, não estou pensando exclusivamente nem principalmente sobre relações sexuais. Estou pensando na vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades (Lugones, 2014).

O que abstraímos com todas essas teorias é a inexistência de uma sexualidade pré-estabelecida e nenhum gênero que contemple as singularidades de nossos corpos (Irineu, 2022). Judith Butler (2020) desenvolve pesquisas empenhadas em proporcionar a visibilidade de corpos que, em algum momento, são considerados um problema e, em outros, produzem formas e contornos próprios. Há uma proposta hegemônica da construção de “sexo” e de performatividade de gênero binário que põe em jogo questões identitárias em processos construídos e reiterados por leis regulatórias e pela citacionalidade cisheteronormativa. Essas leis e essa citacionalidade são fórmulas autoritárias reproduzidas por discursos políticos e em atualização ao longo tempo. A criança é performada ainda na gestação a partir das suas características anatômicas, esperando sua identificação com normas pré-estabelecidas. A criança de “sexo neutro” está posta em *status* abjeto, nem sujeito(a/o) nem humane(a/o), até que se identifique com o “sexo” masculino ou feminino e passe a performar esse gênero. No entanto, há uma instabilidade, uma crise identitária, nem todes(as/os) es(as/os) sujeitos(as/os) se identificam com o binarismo homem e mulher. A não identificação é repensada e colocada como *Queer* (Butler, 2020).



Os colonizadores não levam(ra)m em conta as subjetividades, pois considera(va)m as outras culturas menores, animais, inferiores e desprezíveis, assim como em outros continentes e locais onde gêneros e sexualidades não são classificados por denominações como as impostas na invasão e a ascensão do capitalismo. No entanto, cada sujeito(a/o) é native(a/o) de sua própria cultura e estabelece norma sob ópticas relacionadas às ancestralidades e aos papéis da cultura que pertence (Viveiros de Casto, 2001). Desse modo, por meio da violência e da doutrinação/catequização des(as/os) sujeitos(as/os), por aproximadamente 500 anos, as subjetividades internalizam ideias binárias e normativas de conduta dos corpos.

Sabemos que subjetividades homossexuais e não-binárias sempre estiveram protagonizando suas(eus) corpos(os), como quaisquer outras. Independentemente da (im)popularidade, sempre foi possível imaginar desejos para além da cisheteronormatividade e essa imaginação, diante do eurocentrismo, torna-se repugnante por não compreender a sexualidade como uma instância dinâmica. Por isso, a questão gênero/sexo como preservação da categoria binária é um caminho para os processos de subjetivação impositores daquilo que os convém, causando sofrimento em todes(as/os) nós.

O dispositivo pastoral

Retornando ao conceito de dispositivo, Foucault o define como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Entre os dispositivos componentes das relações sociais que estruturam nossas instituições eurocentradas está o dispositivo pastoral. Vamos abordá-lo por meio da análise da materialidade linguística do recorte jornalístico que apresentamos.

Há, no Ocidente, um tipo de governamentalidade de ordem moral e espiritual que Foucault (2008) chamou Poder Pastoral. Esse poder passou a ser ramificado no Ocidente pela igreja cristã: “Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seus corpos, mas também sobre sua alma e sua



maneira de agir”, “[...] Refere-se a um comércio, a um processo circular de um indivíduo a outro” (Foucault, 2008, p. 164). O dispositivo pastoral é herdeiro de tradições gregas e judaicas, sobretudo estas últimas, e trata das relações de um mestre com seu aprendiz ou de uma autoridade com seu povo.

Historicamente, esse tipo de organização para direção de consciências e de almas teve início no oriente, com os hebreus, onde foi adotado e imposto no cristianismo a partir da teocracia judaica. Nesse poder é estabelecida a presença de um rei, o Deus chefe dos homens que, por sua vez, são o rebanho. O rei é designado e intitulado pastor dos homens e ocupante do cargo de soberano, somente ele poderia fazer esse papel equivalente ao próprio Deus (Foucault, 2008).

Segundo Foucault (2008), o pastorado é um tipo de relação fundamental entre Deus e homens, e o rei está incluído nessa estrutura pastoral de organização entre Deus e os homens. É, ainda, um poder religioso com princípios de perfeição que Deus exerce sobre os corpos. Não é um poder exercido sobre um território, mas sobre um rebanho em deslocamento, no movimento que o faz o circular de um lado para outro (Foucault, 2008).

O Deus do pastorado caminha, se desloca, é errante, toma a frente do povo e mostra a direção a ser seguida, aparece quando os hebreus saem da cidade. É um Deus que governa a multiplicidade em movimento. O território existe, mas sua referência em governar atua na medida em que o pastor-Deus sabe onde ficam as campinas férteis, quais são os bons caminhos para chegar até lá e quais os lugares de repouso seguro. Em suma, a essência desse poder está na salvação do rebanho, na garantia de subsistência abundante em bons pastos. O pastor é o sujeito que alimenta, diretamente ou indiretamente, conduzindo às boas campinas e certificando-se de que os animais estão, de fato, comendo adequadamente (Foucault, 2008).

O poder pastoral é um poder de cuidado, de zelo pelo rebanho e pretende cuidar do indivíduo, zela para que as ovelhas não sofram e busca as que se desprendem, além de cuidar das feridas. O poder é manifestado pelo zelo com o rebanho, por sua dedicação infinita. O pastor vigia todas as potências nefastas para que o rebanho seja prevenido da desgraça que possa vir a afetá-lo. Toda preocupação do pastor é voltada



aos outros, jamais a si mesmo, ele está a serviço do rebanho e serve de intermediário entre ele e o pasto de onde vem o alimento e a salvação.

O poder pastoral é um poder individualizante, pois somente o rei-soberano-pastor está apto a conduzir o indivíduo e disposto a sacrificar-se pela totalidade do rebanho. Essa totalidade é caracterizada pelo fato de o pastor dever tudo ao rebanho a ponto de sacrificar-se pela salvação de cada um dos indivíduos. É um poder que guia para um objetivo (Foucault, 2008).

Foi a Igreja cristã que coagulou todos esses temas de poder pastoral em mecanismos precisos e em instituições definidas, foi ela que realmente organizou um poder pastoral ao mesmo tempo específico e autônomo, foi ela que implantou seus dispositivos no interior do Império Romano e que organizou, no coração do Império Romano, um tipo de poder que, creio eu, nenhuma outra civilização havia conhecido. Porque é de fato este, afinal, o paradoxo, sobre o qual eu gostaria de me deter nas próximas aulas: é que, de todas as civilizações, a do Ocidente cristão foi sem dúvida, ao mesmo tempo, a mais criativa, a mais conquistadora, a mais arrogante e, sem dúvida, uma das mais sangrentas. Em todo caso, é uma das que certamente praticaram as maiores violências (Foucault, 2008).

Foucault (2008) termina a primeira aula (08/02/1978), do curso anual que ministrava no *Collège de France*, na qual introduziu a organização pastoral, explicando que, em sua concepção, o sujeito ocidental aprendeu durante milênios o que nenhum outro sujeito, grego ou romano, em hipótese alguma teria admitido. Aprendeu a ser como uma ovelha pastoreada, governada, implorando por sua salvação a um pastor que se sacrifica por ele. Foucault enxerga essa política como a mais estranha que o Ocidente poderia viver. Porém, é o tipo de poder a se tornar o mais vasto e duradouro e que inspirou a política no seu modelo de pastoreio.

A ideia de um pastorado que caminha em direção à salvação relaciona-se também com os fundamentos essenciais que permitem à manutenção de estruturas de governamentalidade. Para Foucault (2008) o pastorado se relaciona à lei, entendendo que para alcançar a salvação necessitamos nos submeter à ordem e à vontade de Deus. O pastorado está relacionado à verdade. Esse ponto é crucial para a análise do recorte que será apresentado, pois no cristianismo a salvação é alcançada pela submissão à lei, às verdades aceitas: “O pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade” (Foucault, 2008. p. 224).



Convém ainda dizer: a ovelha que não segue em direção às boas campinas, escandaliza e é corrupta, é vista como potencial influente. Primeiro, o pastor tentará trazê-la de volta aos bons caminhos, no entanto, se não houver sucesso no laceio ao rebanho, ela está prestes a colocar em risco a salvação não apenas de si mesma, mas de todos os animais. Por isso, a ovelha “desviada” deve ser abandonada, deve ser excluída e sacrificada (Foucault, 2008).

O abandono da ovelha faz referência, discursivamente, por sua condição de existência, a fragilidade desse animal. A ovelha solitária não tem possibilidades seguras de sobrevivência, sua visão é fraca, sua audição é reduzida e seu caminhar é relativamente lento, não possui defesas naturais contra predadores. A ovelha responde ao seu pastor porque é dependente dele. Essa dependência do pastor produz, como efeito de linguagem, outros atravessamentos na produção de subjetividades nas relações pastorais, a ovelha é tida como inocente, como criatura dócil e manipulável, comportamento esperado também dos aprendizes na relação pastoral.

Foucault (2008, p. 235) descreve, a partir das análises gregas e romanas, os caminhos e as transformações que o cristianismo tomou com o princípio de *Apathéia*: Estado subjetivo ao qual um discípulo grego e seu governo pretendem chegar, “liberdade das paixões e da passividade”. É uma maneira de eliminar em si mesmo esses movimentos, as forças e tempestades, o negativo de que não é dono e, assim, torna escravo daquilo que não pode controlar (p. 235).

No pastorado, percebemos que o cristianismo foi modelado como uma religião da vontade de Deus e u(a/o) fiel deve obediência integral ao pastor-Deus. O pastorado é um dispositivo institucionalizado por meio da moral cristã diante de todos os elementos conflituosos que podem desviar uma ovelha: “pecados da carne”. São atitudes de fora do controle de si/do seu governo. No cristianismo a *apathéia* adquire um sentido inverso, passa a ser entendida como renúncia aos prazeres do corpo e, conseqüentemente, aos prazeres sexuais (Foucault, 2008).

Esse pastorado e todos os significantes que constituem sua existência poderosa são encontrados como linhas de subjetivação (Deleuze, 1996) do dispositivo de autoridade que fortalece uma única verdade perante a sociedade. Os interlocutores



(rebanho) recebem as informações por meio de enunciados ou de linhas de enunciação, o pastor-Deus, dono da verdade, promove um discurso baseado em ideologia cristã, correlacionada principalmente aos elementos de cuidados corporais, cura, gênero, saúde, sexualidade e salvação.

O pastor a quem nos referimos aqui, Dom Eugênio Sales, nasceu em 1920 e na data da reportagem ele contava com 64 anos, a matéria foi veiculada em 1985. Na época, a SIDA já havia sido instalada e milhares de pessoas já haviam sido contaminadas pelo vírus na maior parte dos países. Nos primeiros anos da epidemia, havia uma vasta defasagem entre a concepção biológica da infecção e a percepção que se tinha dela. Us(As/Os) doentes com os sintomas raros, até então, apresentavam características do que poderia ser uma síndrome específica, causando linfadenopatia, colapso imunitário e infecções fatais (Bastos, 2002). A questão intrigante é que os casos registrados da SIDA foram identificados em sujeitos jovens, não participantes de quadros de risco imunitário, sem passagem por transplantes e sem leucemia. Sem nenhuma pretensão, a princípio, os casos registrados da infecção foram identificados em jovens do “sexo” masculino e homossexuais. Foi dado o pontapé inicial que poderia alterar o imaginário coletivo — morte e sexualidade — conduzido por preconceitos e por medos que colaboraram com associações criminosas entre subjetividades homossexuais, perversidade, culpabilidade e castigo (Bastos, 2002). Além do mais, sujeites(as/os) encontravam-se em posições de inferioridade, exclusão e segregamento. Viam-se obrigades(as/os) a guardarem segredo sobre suas condições de saúde, o que retardou o cuidado à epidemia e reiterou a estigmatização de VIH/SIDA (Bastos, 2002).

Nos primeiros anos da epidemia havia, como dissemos, vasta defasagem entre a concepção biológica dos agentes, das dinâmicas da infecção e a percepção social que se tinha dela. Segundo Bastos (2002), muitas teorias e explicações produzidas pelos primeiros estudos acadêmicos foram questionadas, gerando confusão pública: culpabilização das vítimas, teses de conspiração e genocídio com argumentos de guerra biológica, possível peste suína originária do continente africano e outras doenças equivocadamente induzidas (Bastos, 2002). Além disso, o fechamento de saunas e boates foi entendido como ataque à cultura gay e a recomendação para



redução de encontros sexuais foi entendida com prática homofóbica, uma vez que es(as/os) sujeitos(as/os) reconhecidamente homossexuais foram us(as/os) primeiros(as/os) a entrarem no que chamavam de “grupo de risco”. Em 1983, o agente etiológico da SIDA foi isolado por pesquisadores do Instituto Pasteur, de Paris, e ainda sem tecnologias eficazes, em 1984, foi desenvolvido o primeiro exame de sangue que identificava a infecção. No Brasil, por exemplo, os primeiros testes foram realizados somente em 1986 e 1987 (Brasil, 2013).

Figura 01 Natureza se vinga, diz d. Eugênio. Folha de S. Paulo.

Natureza se vinga, diz d. Eugênio

Da Sucursal do Rio

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, 64, falou ontem em seu programa radiofônico “A Voz do Pastor” sobre a Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) e atribuiu a propagação da doença à natureza que, “violentada, se vinga e, quando o faz, é terrível”. Criticou também o homossexualismo e a “infidelidade conjugal”.

O cardeal disse que o medo de contrair a Aids “modificou o comportamento moral dos indivíduos”, que seriam levados a uma “moralização forçada”. Criticou também as roupas de banho, “o nudismo completo, disfarçado por pseudotrajés, mais provocantes”, usados nas praias e as

novelas de TV, onde “o padrão de vida apresentado, costuma ser a degenerescência das pessoas e das famílias”.

Sobre as novelas de televisão, disse ainda: “As exigências evangélicas são ridicularizadas. As relações pré-matrimoniais tentam adquirir a tranquilidade de uma atitude aceitável. Em busca da liberdade, propõe-se exatamente o contrário, a libertinagem. Veja-se o desprezo em que é votada a virgindade”. Para dom Eugênio, “a reação já começou. Cristãos se organizam para a luta”. Afirmou ser preciso “alçar a voz contra o mal. A sociedade seria melhor se houvesse menos covardia dos bons”.

Fonte: Tomisaki, 1985. p. 23.

O programa radiofônico “A voz do pastor” não pode ser identificado com precisão. Havia, na década de 1980, programas com esse nome em muitas rádios, entre elas as rádios Catedral do Rio de Janeiro, no entanto, em rápida busca percebemos algumas outras dezenas de estações com programas de mesmo nome há décadas e alguns permanecem até hoje, indicando que os bispos são, institucionalmente — na sociedade discursiva —, os pastores com a voz credenciada



em suas dioceses². O texto, no entanto, informa: “em seu programa radiofônico”, com o pronome possessivo “seu” indica uma propriedade e com a locução “seu programa” indica a regularidade dessa atividade. Há também canais de TVs católicas com programas assim nomeados e, entre TVs abertas vimos programas de Voz do Pastor nas TVS abertas Globo e Tupi (nas décadas de 1960 e 1970). Além de veicular sua mensagem pelas Rádios e TVs, Dom Eugenio Sales é autor de um livro com este título, publicado pela editora católica Paulinas em 1971.

Na chamada do enunciado “Natureza se vinga, diz d; Eugênio” o arcebispo deixa transparecer o que quer dizer com a tal natureza provocada. É aquela natureza que Deus criou, a natureza binária — homem e mulher. No contexto da SIDA, sobretudo no ano 1985, quando o enunciado foi publicado no jornal, percebemos muitas restrições às condutas consideradas riscos à saúde e que difamavam às ideologias religiosas nas políticas de comportamento, como a moral cristã. Muito do que se propagou pelo programa de dom Eugênio foi direcionado aus(as/aos) sujeites(as/os) que eram reconhecidamente homossexuais e ao imaginário criado acerca da infecção, de maneira que pudesse recodificar os sentidos, colocando as subjetividades sob uma recorrente confirmação discursiva dos enunciados do cardeal-arcebispo.

A identificação de dom Eugênio não é uma simples informação. Existe um objetivo com ela: a autoridade de fala, um agente institucional com lugar credenciado para maior aceitação pela população em relação às informações propagadas (Guilhon de Albuquerque, 1978). No primeiro parágrafo, o vocativo e a chamada introdutória do texto apresentam o locutor: “O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, 64, falou em seu programa radiofônico ‘A voz do pastor[...]’” transmite uma ideia de responsabilidade e experiência. O que parece, até certo ponto, é que ter 64 anos é uma dádiva da vida que coloca o próprio cardeal em uma posição de poder. Ele é parte do clero mais velho, pode representar por sua persistência e permanência na condição de sacerdote-pastor o próprio Senhor e, por isso, deve comandar os fiéis, o seu rebanho, como pastor de suas ovelhas.

Ser um homem branco, cristão, letrado, ancião e com cargos importantes são credenciais positivas no dispositivo pastoral; são como um passe livre eterno para o

² [Televisão e Rádio: Dom Eugenio Sales \(webnode.com.br\)](http://webnode.com.br)



controle de nossos atos físicos e subjetivos. Nenhum outro sujeito teria tanta sabedoria como dom Eugênio, por isso, ele fala e es(as/os) sujeites(as/os) obedecem. Continua o recorte jornalístico: “[...] falou em seu programa radiofônico ‘A voz do pastor’ sobre a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e atribuiu a propagação da doença à natureza que, ‘violentada, se vinga e, quando o faz, é terrível’”. Observamos os sentidos que são obtidos a partir de um programa como esse, transmitido por um enunciador reconhecidamente adequado, o combo ideal para a subjetivação em massa.

Ao dizer que a SIDA é a natureza que se vinga e, quando o faz é terrível, dom Eugênio pretende protagonizar elementos chamados de *castigo* ou *punição*, o ato que viria ser entendido contrário à natureza divina do “sexo”. A natureza emerge como um tipo de referencial binário de gênero, levando em conta o imaginário que se estendeu sobre a homossexualidade e sobre os “comportamentos de riscos do VIH/SIDA” reafirmados pelo enunciado, produz o efeito de sentido de que dois homens ou duas mulheres que se relacionam afetiva/sexualmente são sujeites(as/os) que contrariam as categorias de gênero estabelecidas pelo dispositivo pastoral trazida pelos colonizadores europeus. Como vimos anteriormente, o pastor — do dispositivo pastoral — atua nos detalhes da vida individual e na coletividade, criando ou repassando princípios e ideologias milenares, alimentando-as com intenção protetiva, objetivando a salvação de tode(as/os). É nessa aproximação que se desenvolve essa interpretação, demonstrando os ataques violentos do pastor contra as subjetividades e as causalidades biológicas do corpo como repressão e correção dos comportamentos indesejados.

Seguindo o enunciado, temos “Criticou também o homossexualismo e a infidelidade conjugal”. Nos atentemos agora ao termo em desuso “homossexual(ismo)” A terminação “lismo” refere-se à capacidade de subentender as subjetividades homossexuais como se estivessem em um estado patológico cristalizado e com a SIDA emergindo como punição divina, ao mesmo tempo em que a própria vivência sexual era tida como comportamento “disfuncional da saúde”.

Percebemos, no recorte jornalístico, um conjunto de “comportamentos” específicos que foram colocados e pensados como estratégias de dominação do



poder pastoral. A “infidelidade conjugal”, por exemplo, corresponde não apenas à perspectiva de um casamento monogâmico “saudável e duradouro” e preservação da família. Esse tipo de atitude, chamada “infidelidade”, se liga discursivamente ao conceito de “promiscuidade” — contrário às(aos) que não vivem um relacionamento monogâmico recomendado pela igreja cristã ocidental — comportamento insubmisso também atribuído à homossexualidade que, pelo afastamento do padrão de parentalidade conjugal cisheterossexual, se apresenta como preceito distante de uma vida idealizada. Dom Eugênio considera a infidelidade conjugal um método de prevenção contra a SIDA. No entanto, essa seria uma justificativa para a repressão racionalizada e pragmaticamente válida do tal comportamento indesejado e de incentivo à exclusividade das performances binária e monogâmica.

Em “O cardinal disse que o medo de contrair a AIDS ‘modificou o comportamento moral dos indivíduos, que seriam levados a uma ‘moralização forçada’”. Entendemos nesse momento a perspectiva do cardinal, sujeitos(as/os) homossexuais, trabalhadores(as/es) do sexo, frequentadores(as/es) de casas de banho e saunas, casas noturnas, danceterias e que não estão em um relacionamento monogâmico estão desmoralizando a sociedade, interferindo na conduta da família cristã e contrariando a ordem natural do sexo. Segundo essa lógica, a SIDA surge como sintoma ameaçador causado pelos presumidos desvios morais, produzindo medo e reprimindo atitudes, alterando sentidos e comportamentos não normativos ou insubmissos. Essa seria, então, a moralização forçada dita por dom Eugênio Sales.

Ao salientar “Critidou também as roupas de banho, ‘o nudismo completo, disfarçado de pseudotrajés, mais provocantes’, usados nas praias e as novelas de TV, onde ‘o padrão de vida apresentado costuma ser a degenerescência das pessoas e das famílias’”, dom Eugênio coloca em questão o corpo nu, ou coberto com pseudotrajés — conforme sua fala —, como componente característico de ideologias cristãs. Nesse caso, a nudez é vista como algo que compromete es(as/os) sujeitos(as/os), o corpo sagrado é corrompido pela nudez. Apenas a(o) conjugue deve ter acesso visual ao corpo e, mesmo assim, após o casamento e para objetivos religiosos como a geração da descendência familiar.



A percepção da nudez, na voz do cardinal, remete ao pecado original: Eva envergonhou-se de sua nudez e cobriu-se após pecar (Bíblia, 1990). A nudez, nesse contexto, indica a perda da inocência e a entrega à tentação ou à desobediência. São lógicas trazidas pelos colonizadores europeus por meio do poder pastoral. Além disso, podemos perceber características machistas nesse enunciado. A mulher que utiliza trajes ou que “mostra” seu corpo não pratica os rituais pré-matrimoniais, não se “resguarda” para o homem que será seu futuro marido. Esse julgamento também se passa com os homens. Eles por sua vez, não terão as mesmas repercussões com seus corpos nus e trajes provocantes, muitas vezes não são julgados negativamente, mas sim descritos como “ganhões”, “pegadores” e são mencionados por dizeres como: “ele é assim mesmo”, “puxou o pai namorador”. No caso da mulher, esse “comportamento” considerado indecente compromete seu status social, como o da esposa e de mãe, pois, esse estilo de vida, segundo o “bom pastor”, parece comprometer ou degenerar o caráter da família branca, burguesa, cisheterossexual e cristã. Há a possibilidade de dupla interpretação da escrita do texto jornalístico: os pseudotrajés torna a nudez mais provocante? Seria essa a avaliação do cardinal? Caso seja essa a hipótese, seria uma impropriedade religiosa, alguém que renuncia à sexualidade não seria sujeito à sedução ou à provocação; logo, essa avaliação não caberia a um padre. A outra interpretação que sugerimos seria a de que, mesmo com os pseudotrajés a provocação seria mantida. De qualquer forma, uma denotação pessoal fica exposta.

No último parágrafo do enunciado encontramos o seguinte dizer: “As exigências evangélicas são ridicularizadas. As relações pré-matrimoniais tentam adquirir a tranquilidade de uma atitude aceitável. Em busca da liberdade, propõe-se a libertinagem. Veja-se o desprezo em que é votada a “virgindade”. Dom Eugênio faz críticas às novelas, pois acredita que elas influenciam negativamente es(as/os) sujeites(as/os). Nessas novelas, ao seu ver, são colocadas atuações que ridicularizam as exigências evangélicas, como a virgindade pré-matrimonial. Esse pensamento é comum e repassado pastoralmente pelas sociedades cristãs e se alinha ao controle dos corpos, sobretudo, femininos. Dom Eugênio relaciona o ato sexual anterior ao



casamento como conduta desprezível e irregular. O sexo é disposto como perigo à ordem social que deve ser alimentada e orientada pelo “bom pastor”.

Ao cometer essas violências, contribuindo com a homofobia, com o machismo e com a estigmatização da SIDA, dom Eugênio, em algum momento de seu programa, deflagra uma guerra: “A reação já começou, cristãos se organizam para a luta”, “É preciso alçar a voz contra o mal, a sociedade seria melhor se houvesse menos covardia dos bons”. Nos parece existir, após todos esses enunciados, ódio nos olhos do “bom pastor” que divide o rebanho entre ovelhas fiéis e ovelhas perdidas.

Considerações finais

Percebemos no recorte apresentado *“Natureza se vinga, diz d. Eugênio”* — Jornal Folha de S. Paulo (1985), potencial instituído nos processos de subjetivação, sobretudo contra as pessoas vivendo com VIH/SIDA, produzindo sentidos estendidos por mais de 40 anos desde o início da pandemia de SIDA. Encontramos no enunciado analisado um dispositivo religioso que se opõe às práticas sexuais entre sujeito(as/os) do mesmo “sexo” e significantes relacionados aos marcadores sociais de classe, gênero e sexualidade.

Os estudos decoloniais alinham-se a essa análise por tratarmos de uma série de categorizações eurocentradas que subalternizam as constituições subjetivas. Se já não bastasse encontrarmos associações violentas entre a homossexualidade e a SIDA — a infecção posta como um castigo quando a natureza binária de Deus é contrariada — encontramos também, a imposição de ideologias neoconservadoras-neoliberais atravessadas pelo dispositivo pastoral de origem judaico-cristão que vem circulando por séculos administrando vidas, racializando subjetividades, privando identidades e utilizando discursos morais cristãos como estratégia de salvação pessoal e coletiva na construção de um território ordenado. Vivemos em um país predominantemente cristão em que, desde o momento da invasão colonizadora, catequizaram sujeitos(as/os) indígenas e escravizados(as/os). Desse modo, cercado de violência, iniciaram-se subalternização de populações associadas à disseminação de ideologias econômicas.



A SIDA surgiu em contexto neoconservador-neoliberal e essa política antidemocrática pretende individualizar sujeitos(as/os) para que atuem como empresas autogeridas, uma espécie de reconfiguração para fins capitalistas e de higienização social (Brown, 2023). Nessa perspectiva de ordem social, a racionalidade neoconservadora-neoliberal preserva ideologias que beneficiam agências estatais e o sujeito branco, trabalhador, cisheterossexual e cristão. Em mecanismos de validação discursiva, em uma sociedade como a brasileira, políticos elitistas aliam-se a líderes religiosos por sua influência pastoral. É uma estratégia utilizada quando bem os cabe, pretendendo dismantelar algum direito que “foge” às estruturas capitalistas, como direitos reprodutivos e sexuais que objetivam a salvação divina. São atitudes vistas como práticas de extermínio dos diferentes modos de vida, de outros sentidos e outras subjetividades insubmissas à normatização da vida (Brown, 2023).

Ao serem divulgadas notícias das características anatômicas de integrantes de um denominado “grupo de risco” acometidos pela SIDA — sujeitos do sexo masculino, jovens e sem nenhum indício de comprometimento imunitário —, um grande paradigma alterou o imaginário social (Bastos, 2002). Discursos como “A natureza se vinga, e quando o faz é terrível” passou a compor grande parte dos discursos de lideranças religiosas, sobretudo após o posicionamento de dom Eugênio.

Associamos o poder pastoral (Foucault, 2008) à permanência dos discursos homofóbicos contra pessoas vivendo com VIH/SIDA por conter enunciados proferidos por um sujeito eleito internamente, em sua religião, como representante de Deus na terra. Percebemos estratégias discursivas de produção de identidade na nomeação de seu programa radiofônico “*A voz do pastor*” com os elementos aos quais se opõe: nudez, trajes provocantes, degenerescência de costumes que colaboram com a homossexualidade, infidelidade, sexo antes do casamento e rompimento da família idealizada. São todos elementos característicos de um pastor que caminha com suas ovelhas, orientando-as às boas campinas.

Ora, a discursividade emerge com tanto empenho na tentativa de extermínio de subjetividades homossexuais, quanto outras atitudes que se expandem aos comportamentos considerados libertinos de outre(as/os) sujeito(as/os) que não se reconhecem como homossexuais ou que não entram no embate posto por ele,



considerando-as(os) covardes. Isso nos leva à hipótese psicanalítica da defesa reativa, o ódio se impõe ao sujeito para conter algo moralmente rejeitado em sua própria sexualidade. Aquele Deus-pastor-humano que teme não apenas a salvação de suas ovelhas, mas a sua própria, ao libertar-se do que lhe aprisiona.

Pensamos que este texto pode contribuir como ferramenta de estudos em áreas multidisciplinares como a da Saúde, por tratar de análises relativas às condições de poder sob o comando do corpo subjetivo “adoecido” em instituições estrategicamente selecionadas — caso SIDA e ideologias punitivas ao pecado — e do sofrimento como resultado de uma sociedade neoliberal que constrói, por meio de políticas antidemocráticas e dispositivos de controle como o pastorado, sujeita(os) capitalizada(os), automatizada(os) e outra(os), negligenciada(os). As agências de subjetivação reproduzem essas ideologias durante séculos subalternizando modos de existência e subordinando corpos contrassexuais. Por isso, é um texto direcionado também às(aos) estudiosas(os) das Ciências Sociais, uma vez que os cortes de gênero ligados aos discursos neoconservadores recodificam sentidos normativos geradores de violências, segregação e extermínio das subjetividades homossexuais.

Referências

ALBUQUERQUE, Guilhon. 1978. *Metáforas da desordem*. São Paulo: Paz e terra.

BASTOS, Cristiana. 2002. *Ciência, poder, acção: As respostas à Sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. 1990. Tradução, Introdução e notas, Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus.

BROWN, Wendy. 2023. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia.

BUTLER, Judith. 2020. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, 2ª ed, São Paulo: n-1 edições.

BRASIL. Departamento de DST, AIDS e hepatites virais. *Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV*. Brasília, 2013. In: MANUAL TÉCNICO — HIV — final.

DELEUZE, Gilles. 1996. *O que é um dispositivo?* In: O mistério de Ariana. Lisboa: Vega.

FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba).

FOUCAULT, Michel. 2008. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. 1996. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, 5ª ed. São Paulo: Loyola.

IRINEU, Andrade. Bruna. 2022. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. *Desproteção social e política de extermínio das vidas lgbti+ no contexto brasileiro*. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0726_0001.pdf

LERNER, Gerda. 2019. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Pensamento-Cultrix.

LUGONES, Maria. 2014. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, 22(3).

MACHADO, Leila. Domingues. 1999. In: BARROS, M. E. B. (org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: Edufes.

QUIJANO, Aníbal. 2005. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Ciudad. Autónoma de Buenos Aires: Clacso.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. "Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena". In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 345-399.

WEINMANN, O. A. 2006. "Dispositivo: Um Solo Para Subjetivação". *Psicologia & Sociedade*, 18(3), p. 16-22.